

## REPENSANDO AS RELAÇÕES DE RAÇA NO BRASIL

Edward Telles<sup>1</sup>

A idéia de raça é conceitual e não um fato biológico. Embora as teorias de superioridade da raça branca, que ganharam um *status* científico no século XIX, tenham desde então sido desacreditadas, elas continuam firmemente enraizadas no pensamento social. Embora a raça não tenha valor científico nem tampouco exista na natureza, seu significado é amplamente compreendido. Mesmo que não mais signifique diferenças genéticas, a idéia de raça continua a representar diferenças de comportamento, atitudes e inteligência. Guiada por uma ideologia de hierarquia racial e de dominação, os humanos impõem categorias raciais e tratam os outros conforme essas categorias. Como resultado, os efeitos desse conceito inventado são inimagináveis e suas conseqüências, bastante reais. Em particular, essa idéia leva à discriminação racial que, por sua vez, aumenta as probabilidades de que uma pessoa sofra humilhação, viva na pobreza e tenha uma menor expectativa de vida.

Os capítulos anteriores demonstraram que o Brasil não é exceção a essa regra de pensamento e comportamento social. O racismo e a discriminação racial existem em todos os países multi-raciais; no entanto, o Brasil criou seu próprio sistema de relações raciais. Assim como as condições demográficas, culturais, econômicas e políticas são significativamente distintas entre o Brasil e os Estados Unidos, as relações de raça também resultaram ser distintas entre os dois países. Como resultado dessas diferenças, ao invés de serem tratadas como uma variação ou um estágio das relações raciais dos Estados Unidos, que cada vez mais tem se tornado o modelo universal nessa matéria, as relações raciais no Brasil devem ser entendidas em seu próprio contexto. Além de

explicar como funciona o sistema brasileiro, tem sido objetivo principal deste livro compará-lo ao sistema racial dos Estados Unidos.

Cientistas sociais têm se interessado e procurado compreender a questão racial no Brasil há décadas. No entanto, assim como a literatura sobre essa questão, esses estudos são marcados por duas gerações de pesquisadores que produziram resultados praticamente opostos quanto à extensão do racismo no país. A primeira geração, dos anos 30 aos anos 60, por um lado, exibiu as maravilhas da miscigenação brasileira mas, por outro lado, ignorou ou subestimou as desigualdades e o racismo. A segunda geração de pesquisadores, do princípio dos anos 50, enfocou o problema do racismo e da desigualdade racial refutando ou ignorando o papel da miscigenação brasileira. A primeira geração concluiu que havia pouco ou nenhum racismo no Brasil, enquanto que a geração mais recente alegou que no Brasil o racismo é amplo e profundo, comparável a sistemas de dominação racial por todo o mundo.

A primeira geração de acadêmicos otimistas era formada principalmente por norte-americanos que examinaram o racismo nas regiões norte e nordeste do país, embora também incluísse sociólogos brasileiros, mais notadamente Gilberto Freyre, também conhecedores dos Estados Unidos. A Segunda geração, inicialmente, era formada exclusivamente por brasileiros. Eles tendiam a conhecer pouco sobre os Estados Unidos e pesquisaram sobretudo as regiões sul e sudeste do país. Muitas das diferenças em suas conclusões podem ser atribuídas à sua experiência comparativa. A primeira geração pôde encontrar plenos contrastes entre o Brasil e o vergonhoso sistema racista de Jim Crow nos Estados Unidos daquela época. A Segunda geração testemunhou o progressivo dismantelamento desse sistema de segregação, embora tenha mantido o aspecto comparativo, em geral, como menos importante. Além disso, as diferenças regionais concretas nas relações raciais dentro do Brasil podem ter contribuído para conclusões divergentes entre as duas gerações de especialistas sobre raça. Aqueles que pesquisaram as regiões norte e nordeste do Brasil, embora não tivessem ciência de que pesquisavam lugares onde há maior união inter-racial e fluidez racial como demonstrado neste estudo, generalizaram seus resultados para todo o país. Em contraste, a segunda geração de pesquisadores descobriria distinções relativamente rígidas entre brancos e não-brancos e uma relação mais limitada entre brancos e negros e pardos nas regiões estudadas. Eles também generalizaram seus resultados para todo o Brasil.

No entanto, mais recentemente, nem a nacionalidade dos acadêmicos ou os objetos regionais de estudo podem explicar a falta de atenção dedicada às relações horizontais relativamente fluidas do Brasil. Durante a década dos anos 90, pesquisadores brasileiros e estrangeiros defenderam os resultados da segunda geração, frequentemente com base em dados nacionais. Mas eu creio que a maior diferença entre as conclusões das duas gerações a respeito das relações raciais deveu-se à ênfase analítica que cada uma dessas gerações deu ora às relações horizontais, ora às relações verticais. Entende-se por relações raciais horizontais a socialização inter-racial, especialmente entre pessoas de mesma classe social. Por sua vez, as relações verticais são aquelas entre diferentes classes sociais e indicam relações de poder sócio-econômico. Ao limitar suas análises à dimensão horizontal da socialização, a primeira geração concluiu que as relações raciais eram bem melhores no Brasil do que nos Estados Unidos. Níveis de união inter-racial e segregação residencial eram indicadores importantes sobre até que ponto os não-brancos eram assimilados ou aceitos pelos brancos. Acadêmicos daquela época acreditavam que as desigualdades raciais no Brasil eram temporárias, uma vez que eles não constataram no país o racismo gritante e a profunda distância racial encontrada nos Estados Unidos. Diferenças no *status* social entre as raças eram simplesmente atribuídas ao período de escravidão recente mas a integração horizontal percebida sugeria que a sociedade brasileira logo mudaria e a desigualdade racial diminuiria com as sucessivas gerações futuras. Por outro lado, a segunda geração enfatizou a dimensão vertical da desigualdade, constatando muita mobilidade social na região industrial do sul, bem como a superação, no mercado de trabalho, de negros e mulatos por imigrantes europeus recém chegados. Por menosprezarem as relações horizontais, as provas de racismo encontradas sugerem que as relações raciais no Brasil são tão ruins quanto as dos Estados Unidos.

### **CLASSIFICAÇÃO RACIAL**

As relações raciais tanto do tipo horizontal quanto do tipo vertical dependem primeiramente de como as pessoas são classificadas em determinadas categorias. Embora os significados sociais fundados na raça sejam onipresentes, em nenhum lugar o pertencimento a uma categoria específica é determinada por uma estrutura fixa. No entanto,

isso é particularmente válido para o caso brasileiro em que as classificações raciais são especialmente ambíguas ou fluidas. A forma pela qual as pessoas se identificam e se classificam é as vezes inconsistente e pode variar segundo a condição social. Além disso, os termos raciais são numerosos e são frequentemente usados de forma inconsistente. Nos Estados Unidos, ao contrário, a raça historicamente tem sido definida por regras de hipo-descendência, em que qualquer pessoa com um pouco de ascendência negra é considerada também negra. Embora tais definições rígidas ou essencialistas estejam em processo de alteração, caminhando para uma maior ambigüidade, ainda assim estão longe de ser tão fluidas como no Brasil. De forma semelhante, para muitos brasileiros, a auto-identificação racial não é um componente chave na sua identidade como ocorre nos Estados Unidos e, assim, há pouca consciência de pertencimento a um grupo racial.

Os brasileiros frequentemente preferem a noção de cor ao invés da de raça porque este termo capta melhor a fluidez das relações raciais. Mesmo assim, a noção de cor dos brasileiros é equivalente ao conceito de raça porque está associado com a ideologia racial que hierarquiza as pessoas de cores diferentes. Independentemente do uso do conceito de cor ou raça, as pessoas são tipicamente racializadas e seu *status* depende de sua categorização racial ou de cor. As distinções raciais feitas por outros, independentemente de sua auto-identificação, são, portanto, fundamentais nas interações sociais como também determinam as oportunidades na vida de uma pessoa. As definições externas de raça são especialmente importantes porque frequentemente designam poder e privilégios nas interações sociais para as pessoas de pele mais clara. A aparência, segundo a norma geral societal brasileira, e até um certo ponto o *status* social, o gênero e, frequentemente, uma situação social particular, determinam quem é negro, mulato ou branco no Brasil. Certamente, a auto-identificação reflete amplamente a identificação externa, pois é de se esperar que vítimas de racismo assumam determinadas identidades raciais à luz de suas experiências. No entanto, o sistema brasileiro de branqueamento permite escapar da estigmatizada categoria negra. De fato, o sistema brasileiro permite que muitas pessoas com alguma ascendência africana se auto-identifiquem ou sejam categorizadas por outros como pessoas brancas. Ou seja, se por um lado muitas pessoas conseguem escapar da categoria de negro ou não-branco, por outro lado,

muitas outras não conseguem e continuam a ser negras independentemente de sua ascensão cultural ou econômica.

A ideologia racial brasileira leva os brasileiros a acreditarem que as distinções raciais não são importantes e a interpretar experiências de discriminação como sendo resultantes das diferenças entre as classes sociais e não decorrentes da raça. Para os poucos negros de classe média, as explicações sociais da condição dos negros são especialmente insuficientes porque eles continuam a sofrer discriminação e não encontram uma saída real do estigma social da raça. Através de dura experiência eles descobrem que a raça é importante, uma vez que a classe social não pode explicar o tratamento social que recebem. Isso pode explicar porque as identidades raciais entre estes setores da população são particularmente fortes.

No Brasil, a existência da categoria do mulato é tanto causa como consequência de uma ideologia de miscigenação e não um resultado automático do processo biológico real da mistura de raças. A miscigenação não cria pessoas de raças mistas, como demonstra o caso dos Estados Unidos onde as pessoas de mistura racial são simplesmente negras. Na ideologia brasileira, os mulatos são valorizados no imaginário nacional como sendo o brasileiro típico, embora sejam também frequentemente marginalizados e na realidade estejam mais próximos da condição dos negros do que da dos brancos na estrutura de classes do Brasil. A racialização ocorre em graus de tonalidades, sendo que o significado associado às diferentes cores de pele corresponde aos diferentes níveis de discriminação. Os pretos ou negros, na concepção popular do termo, são aqueles no extremo do espectro de cores mas, na forma de uso em expansão, o termo negro também inclui mulatos ou pardos. Sendo assim, negro pode se referir a uma proporção pequena da população nacional ou à maioria, dependendo da definição utilizada. Devido ao seu baixo valor na sociedade brasileira, muitos tentam escapar da negritude e, como o sistema brasileiro não possui regras claras que definem quem é negro, a negação é frequentemente possível, pelo menos nominalmente. Por outro lado, a aparência de uma pessoa compele milhões de brasileiros à categoria de negro, definida de forma mais ou menos restrita.

Destacam-se dois pontos que são importantes para o entendimento das diferenças da classificação racial em todo o país. Primeiramente, enquanto as diferenças de classificação entre brancos são

frequentemente ambíguas para milhões de brasileiros que abrangem as categorias de branco e mulato, milhões de outros não têm nenhuma possibilidade de serem classificados ou tratados como brancos. Não existe ambiguidade na distinção entre quem é branco ou preto, ou, nesse caso, entre quem é branco e muitas pessoas que são classificadas como pardas. No caso dos Estados Unidos, como mencionado anteriormente, os mulatos são claramente diferenciados dos brancos com base em regras de hipó-descendência, e são classificados como negros. Por outro lado, eles formam uma categoria separada dos negros no início da história norte-americana e continuam a receber melhor tratamento social do que os negros. Além disso, a extensão da consciência negra varia amplamente no Brasil e nos Estados Unidos. Em termos gerais, há pouca consciência negra entre os mulatos brasileiros e um nível médio de conscientização entre os negros (pretos) brasileiros. Sabe-se disso, por exemplo, pela proporção dos que se auto-descrevem como pardos e como negros que aceitam para si o termo negro. Ao contrário, a conscientização racial é relativamente alta para negros (inclusive mulatos) nos Estados Unidos, onde a raça é um componente fundamental da identidade.

### **RELAÇÕES VERTICAIS**

O maior problema brasileiro atualmente é social, muito mais do que político ou econômico. A democracia tem sido consolidada assim como uma transição tranquila na eleição de um presidente da esquerda e a economia, apesar da hiper-inflação e crescimento negativo dos anos 80, retoma um caminho de crescimento (modesto) mas estável. No entanto, a distribuição da riqueza social é possivelmente a mais desigual do mundo. Além disso, os não-brancos estão na base da distorcida pirâmide econômica do Brasil. Como resultado, a exclusão vertical dos mulatos e, especialmente, dos negros é grande, contrastando com a exclusão relativamente moderada dos negros nos Estados Unidos.

Embora sua importância tenha sido negada no passado, as profundas desigualdades raciais no Brasil são agora bem conhecidas. Essas desigualdades não são meramente o resultado da escravidão ou de grandes desigualdades de classe, mas de uma contínua prática social preconceituosa, de cunho racial. A noção popular sobre raça é transmitida através de estereótipos, da mídia, de piadas, das redes sociais,

do sistema educacional, das práticas de consumo, dos negócios e pelas políticas do Estado. Logo, a raça tem grandes implicações materiais para os brasileiros. No Brasil, o racismo e a discriminação racial são mecanismos poderosos que agrupam as pessoas dentro de um sistema de classe altamente desigual e permite que os brancos mantenham o privilégio para si e para seus filhos. Como resultado, os não-brancos no Brasil são duas vezes mais propensos a serem pobres e analfabetos do que os brancos e os homens brancos, em média, recebem mais que o dobro do que os homens negros e pardos. Essas diferenças têm persistido por pelo menos esses últimos 40 anos.

Este trabalho identificou três fatores que são os principais responsáveis pelas profundas desigualdades raciais no Brasil: a hiperdesigualdade, as barreiras discriminatórias invisíveis e uma cultura racista. A desigualdade extrema gera muitos dos problemas sociais do Brasil e tem levado a um grande distanciamento entre a média de rendas dos brancos e dos não-brancos, criando diferenças significativas em riqueza material, *status* social e acesso a capital social. Essa desigualdade não é apenas material mas também abrange relações de poder desiguais, a impressão subjetiva de inferioridade de um cidadão ou seu tratamento como inferior, e sua inabilidade de participar efetivamente da vida social, inclusive acesso ao trabalho, educação, saúde e habitação assim como seus direitos civis e políticos. O sistema brasileiro de educação extremamente desigual é um dos principais responsáveis por uma das maiores desigualdades sociais do mundo, sendo especialmente desigual em regiões onde há mais não-brancos.

Considerando as médias mundiais, o Brasil é um país de renda média mas, devido à sua extrema desigualdade, força pelo menos um terço de sua população à pobreza. Isso vale para a maioria dos negros e pardos. Com base na maioria dos indicadores, o Brasil apresenta atualmente maior desigualdade de renda do que qualquer outro grande país no mundo com a exceção da África do Sul que eventualmente compete com o Brasil por essa posição. Os 10% dos mais ricos no Brasil atualmente recebem, em média, 28 vezes mais do que a média de pessoas entre os 40% mais pobres. A maior desigualdade racial do Brasil comparada à dos Estados Unidos se deve principalmente, mas não exclusivamente, às diferenças na estrutura de renda do Brasil. Por outro lado, o Brasil não é como a África do Sul, onde os pobres são quase todos negros. Embora a pobreza afete desproporcionalmente a

população não-branca e a desigualdade racial seja crescente, muitos dos pobres no Brasil são brancos.

Logo, políticas sociais universalistas que podem diminuir a desigualdade geral do Brasil são também propensas a reduzir a desigualdade racial. No entanto, os elaboradores de tais políticas parecem presumir que todas as pessoas menos favorecidas, independentemente da cor da pele, serão ajudadas de forma igual, mas isso é altamente improvável. Políticas universalistas não previnem o racismo e a discriminação racial e continuarão a separar brancos, negros e pardos entre a estrutura de classes. Os não-brancos são desproporcionalmente ignorados por tais políticas que nunca são verdadeiramente universais. Esforços de conscientização racial são, portanto, fundamentais para contrabalançar essa situação e discriminação passada.

Neste trabalho, demonstrou-se como a exclusão social no Brasil está também intimamente ligada à discriminação racial, especialmente na determinação de quem ascende à classe média. A segmentação social mais importante na sociedade brasileira ocorre entre a classe média branca e a classe pobre e trabalhadora que na sua maioria é multi-racial mas principalmente não-branca. Embora a classe média branca consiga manter a distância de pessoas de pele mais escura através de uma hierarquia sócio-econômica que por muito tempo tem sido uma das mais desiguais do mundo, esta não é somente uma fronteira de classe. A raça é fundamental na determinação de quem ascende à classe média. Um sistema informal mas altamente eficiente de barreiras invisíveis impede que negros e pardos das classes mais pobres entrem na classe média muito mais do que seus semelhantes brancos. Sendo assim, a posição sócio-econômica dos não-brancos na sociedade brasileira deve-se tanto à classe quanto à raça.

De forma alarmante, as barreiras invisíveis estão se endurecendo com o desenvolvimento brasileiro. Nas últimas décadas, o sistema universitário brasileiro expandiu-se assim como os requisitos técnicos e educacionais necessários para os empregos de classe média têm aumentado. Ao mesmo tempo, a desigualdade entre brancos e não-brancos no acesso à classe média tem crescido, principalmente devido a uma distância racial crescente no ingresso na universidade. Nas três últimas décadas, a educação de nível superior tem crescido no Brasil significativamente. Os brancos se beneficiam de forma desproporcional e a proporção de brancos que ingressam nas faculdades continua em

expansão a uma taxa maior do que a dos não-brancos dentro de um mesmo período de tempo. Como a educação está fortemente correlacionada com a renda no Brasil, uma reversão da crescente distância na educação de nível superior é necessária para permitir que negros e pardos consigam ascender de forma significativa à classe média.

Uma classe média formada quase que inteiramente por brancos usa a raça e a classe para reduzir a competição por *status* de classe média. Esse sistema fornece os privilégios de acesso e a deferência de uma grande classe servil que fornece mão-de-obra barata e é predominantemente formada por não-brancos. O baixo custo também permite que eles paguem pela educação de seus filhos, o que garante ainda mais suas chances de ingressar nas universidades públicas, o passaporte mais importante para a classe média no Brasil. Ao mesmo tempo, prejudica profundamente a possibilidade de as classes mais baixas predominantemente não-brancas um dia se tornarem classe média. O privilégio dos brancos é, portanto, fortalecido através de uma defesa dos interesses de classe, o que os brancos por sua vez costumam usar para assegurar e manter controle sobre a riqueza social e sobre os recursos, bem como para reduzir a competição por outras posições. A raça é uma marca fácil para a exclusão por classe, criando uma estrutura de classes na qual os negros e pardos são mantidos nos níveis mais baixos. A classe e a raça se tornam então determinantes de *status* em uma sociedade altamente consciente acerca de *status* social. Hierarquias raciais ou de classe são codificadas em regras informais de interação social e são consideradas naturais. Nelas o *status* de uma pessoa ou sua posição na hierarquia garantem-lhe maiores direitos e privilégios.

Negros e pardos estão quase totalmente ausentes da classe média embora as experiências de poucos tenham demonstrado que o racismo permanece independentemente da classe. Os poucos negros e pardos de classe média continuam a sofrer discriminação em interações rotineiras e, em alguns casos, não podem usufruir dos benefícios que são privilégio de sua classe social uma vez que enfrentam constante ceticismo e dúvida sobre sua posição. Os brancos pobres, por outro lado, podem frequentemente vencer com mais facilidade do que os negros e pardos as barreiras que eliminam a competição pela riqueza social e pelos recursos. Embora as distinções raciais sejam mais ambíguas do que nos Estados Unidos, a distinção branco-negro é mais rígida para a classe média, especialmente onde a proporção da população que é

branca é maior. Assim, quando uma pessoa ascende à classe média, as barreiras raciais são reforçadas.

Muitos brancos no Brasil continuam a ser pobres ou da classe operária e assim há uma grande oferta de pessoas brancas que competem com pardos e negros para integrar a classe média. Isso pode incluir fenotipicamente pessoas morenas claras que as vezes são aceitas como brancas ou quase brancas, especialmente em regiões onde os brancos são uma minoria numérica. Pobres brancos que são frequentemente vizinhos, amigos e até parentes (inclusive filhos) de negros e especialmente pardos, são mais propensos do que não-brancos a ultrapassar as barreiras sociais para posições de maior *status*. Brancos pobres tendem a ser preferíveis a pardos pobres e especialmente negros no sistema educacional e no mercado para empregos de classe média, especialmente quando brancos de classe média não estão disponíveis. Além de ter a garantia de um maior prestígio social com base em sua aparência, brancos pobres também possuem maior acesso do que os não-brancos de posição social semelhante às rodas sociais e clientelísticas que são importantes no mercado de trabalho, porque eles são mais propensos a terem amigos ou contatos familiares em posição de poder, além de estarem espacialmente mais próximos da classe média.

Embora escondida atrás da fachada da miscigenação, a cultura racista se encontra em todas as interações sociais entre brancos, pardos e negros em virtualmente todas as situações sociais. É com base em uma rede de crenças que posições subordinadas são o local apropriado para pardos e negros e que espaços sociais que envolvem controle e acesso a recursos devem ser ocupados por brancos. Das relações verticais como a contratação e a promoção às relações horizontais como sair com amigos ou relacionamentos duradouros, insultos contra negros e pardos somam-se a muitos outros insultos que os precedem, conduzindo à baixa auto-estima entre negros e pardos. Esse tratamento é intensificado à medida em que o tom de cor da pele se torna mais escuro. Essa cultura racista é reforçada, naturalizada e legitimizada pela mídia e cultura popular através do humor e ditados comuns, tais como “todos sabem seu lugar” ou, mais cruéis como “cada macaco no seu galho”. Esses ditados sacramentam uma hierarquia racial amplamente reconhecida e naturalizada. Uma vez que os membros da sociedade internalizam essa hierarquia, a dominação racial no Brasil persiste com um mínimo de conflito e sem nenhuma necessidade de segregação. Embora a maioria dos brasileiros negue que é

racista, há um amplo sentimento de que a posição favorecida dos brancos na sociedade brasileira é um fato natural. Se é certo que políticas ousadas podem atenuar os efeitos das barreiras invisíveis e da desigualdade extrema do Brasil, uma cultura racista poderia ser modificada somente através de uma maciça intervenção educacional e da mídia, assim como uma liderança exemplar. Até agora, o crescente reconhecimento do racismo pela sociedade brasileira não parece ter reduzido o comportamento discriminatório. Tal reconhecimento não foi traduzido no entendimento de que as ações de uma pessoa são discriminatórias, sem mencionar a correção de fato de tais comportamentos. O reconhecimento, por si só, dificilmente modificará de forma significativa os padrões bem enraizados de comportamento social.

Finalmente, é importante notar que os mulatos são menos discriminados do que os negros, como sugeriram os modelos de capital humano. Eles também estão socialmente mais próximos aos brancos, como indicado pelos dados de casamentos inter-raciais e discriminação residencial. Sendo assim, eles são mais propensos a se beneficiarem dos benefícios simbólicos e materiais da proximidade com os brancos, inclusive de um maior acesso ao patrimônio e circuitos sociais. Sua capacidade de se tornar branco aumenta com a mobilidade de classe e em lugares onde existem à dos negros, mas suas vantagens conferidas por um sistema de branqueamento ajudam a explicar porque eles são frequentemente menos propensos a se identificarem como negros ou como pretos.

### **RELAÇÕES RACIAIS HORIZONTAIS**

Apesar da profunda desigualdade racial, este estudo demonstrou que existe uma substantiva incidência de casamentos inter-raciais e a proximidade residencial entre brancos e não-brancos no Brasil. Logo, a miscigenação no Brasil não é apenas ideológica. A mistura racial ocorre nas esferas íntimas e residenciais da vida brasileira muito mais do que nos Estados Unidos, onde os mundos dos negros e brancos são claramente separados. Nesse sentido, o Brasil é muito diferente dos Estados Unidos. De forma semelhante, como muitos autores já notaram, as interações no Brasil não apresentam a tensão, a hostilidade e a suspeita frequentemente encontradas em tais relações nos Estados

Unidos. Enquanto os sistemas sociais de ambos países de forma sucessiva integraram descendentes de imigrantes europeus, a miscigenação brasileira teve mais sucesso na integração das populações de origem africana. Os brancos são muito mais propensos a se casarem com e residirem próximo a mulatos ou pardos do que os negros. O padrão das uniões também revela maiores distâncias entre os brancos e os negros do que entre os brancos e os mulatos. Não obstante, mesmo a incidência de casamentos inter-raciais entre brancos e negros no Brasil, onde os negros representam uma pequena porção da população no extremo mais escuro do espectro de cores, é maior do que a união entre brancos e negros nos Estados Unidos, onde são considerados negros inclusive pessoas de ascendência africana de cor da pele mais clara. Enquanto que a sociedade dos Estados Unidos está se modificando de modo a que as atitudes em relação aos negros é menos dura, indicadores comportamentais como dados sobre a união inter-racial e a segregação residencial mostram a persistência de uma grande distância entre as classes. Esses fatos sociais são sinais positivos de que as relações raciais no Brasil são comparativamente amenas. Mesmo assim, a raça continua a ser importante mesmo no caso dos indicadores das relações horizontais, embora a população esteja longe de ser segregada racialmente como nos Estados Unidos.

Em suma, a mistura racial é um processo histórico-demográfico e um fator social que tem sido central para a identidade brasileira por mais de cem anos. A relativa alta incidência de miscigenação reflete a existência de fronteiras relativamente fracas entre as pessoas de cores diferentes. Isso é especialmente verdadeiro entre os pobres e entre as pessoas de cores semelhantes no Brasil. A miscigenação não deveria, portanto, ser atribuída somente à ideologia mas aceita como uma variável explicatória-chave para o entendimento de outras dimensões dos sistemas raciais brasileiro (e talvez de outros países latino-americanos). A ideologia da miscigenação reflete a realidade até um nível significativo. A nação brasileira como imaginada pela elite em um período anterior reflete a experiência brasileira e, por sua vez, teve grandes implicações na forma como essa sociedade evoluiu. Mas a grande mistura racial e a fluidez das relações raciais não são um consolo para a maioria dos não-brancos brasileiros que vivem na pobreza. O racismo e desigualdade racial persiste na exclusão de pessoas negras e de raça mista de gozar das oportunidades surgidas do desenvolvimento econômico brasileiro e a

restituição dos direitos de cidadania. Esse é o paradoxo da miscigenação brasileira.

Este trabalho sintetiza os níveis relativos de exclusão racial tanto na dimensão vertical quanto na horizontal entre os Estados Unidos e o Brasil. Verticalmente, os mulatos e especialmente os negros são altamente excluídos da classe média brasileira. Por outro lado, embora um grande número de negros ocupe as camadas mais baixas da sociedade dos Estados Unidos, existe uma relativamente larga classe média. Os brancos são de quatro a cinco vezes mais propensos a manterem posições de classe média no Brasil, já nos Estados Unidos eles são entre uma e duas vezes mais propensos de serem da classe média. Os mulatos brasileiros possuem relações sociais próximas aos brancos, como demonstrado nos dados sobre casamentos inter-raciais, especialmente aqueles da mesma classe social, quando comparado aos afro-norte-americanos. Comparativamente, os negros dos Estados Unidos continuam a experimentar altos níveis de segregação residencial dos brancos e raramente se casam com parceiros de outras raças. Em termos de uniões inter-raciais ou mesmo de segregação residencial, os negros brasileiros estão em uma posição intermediária mas claramente numa posição mais próxima aos mulatos brasileiros do que aos brancos. Em suma, a diferença entre os Estados Unidos e o Brasil é uma questão de fronteiras raciais, que variam nos planos horizontal e vertical. No plano horizontal, as fronteiras raciais no Brasil são muito mais facilmente ultrapassadas do que nos Estados Unidos. No entanto, na dimensão vertical, as barreiras raciais são impostas fortemente no Brasil, talvez até de forma mais forte do que nos Estados Unidos. Através da distinção entre as dimensões horizontais e verticais é que se poderá apaziguar as distorções no desenvolvimento do estudo das relações raciais brasileiras e fazer comparações mais elaboradas sobre os Estados Unidos e o Brasil.

### **O PAPEL DO ESTADO NA EXPLICAÇÃO DAS DIFERENÇAS NAS RELAÇÕES RACIAIS POR PAÍS**

Os Estados têm sido atores particularmente importantes na determinação das fronteiras sociais, inclusive por raça. Histórias distintas de miscigenação, seguida de ações do Estado que acentuaram a exploração tanto da miscigenação ou da exclusão, explicam bem as atuais

diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil. Embora tenham escolhido ir em direções opostas, sejam elas a miscigenação ou a segregação, as crenças racistas estão presentes em ambas as opções.

Como resultado, a raça faz a diferença nas relações sociais em ambos países mas as consequências sociais dessas escolhas levaram a moldar distintas relações raciais. A pergunta é: por que existem diferenças tão grandes em termos nacionais para as dimensões horizontal e vertical? Essas não são o resultado de um processo natural, mas sim de uma respectiva série de ações do Estado. Apenas os próprios Estados são poderosos o bastante para criar maiores oportunidades nas relações raciais. Como demonstrado anteriormente, mesmo as principais forças estruturais, tais como a industrialização, exercem uma influência relativamente pequena nas relações raciais. Contrariamente à literatura anterior segundo a qual a presença ou ausência de segregação formal era irrelevante para os resultados das relações raciais, parece estar claro que as intervenções do Estado tiveram consequências para as diferentes configurações das relações raciais nos dois países. Evidentemente, as ações dos Estados são guiadas por variáveis como a política, as elites, as ideologias populares e identidades.

As ações do Brasil e dos Estados Unidos variaram ao longo do tempo, mas os efeitos de cada modelo influenciaram de forma duradoura os atuais sistemas de relações raciais nesses países. Partindo da bem-aceita “prova científica” de que os brancos são biologicamente superiores aos não-brancos no século XIX, o Brasil e os Estados Unidos procuraram adotar alternativas para diminuir a influência dos não-brancos. Os norte-americanos preferiram criar um sistema que tinha como objetivo a segregação de sua minoria negra e mulata. Os Estados Unidos institucionalizaram, assim, um sistema formal de segregação, especialmente através da classificação racial, leis anti-miscigenação e práticas de discriminação residencial, separando as vidas dos negros e dos brancos até meados dos anos 60. Isso levou à criação de instituições paralelas e de forte identidade negra. Apesar das reformas dos direitos civis dos anos 60, os tabus contra a união inter-racial e a mistura residencial assim como a regra de “uma gota de sangue” persistiram fortemente com o legado da segregação. Oficialmente, a segregação formal nos Estados Unidos vigorou desde 1896 (*Plessy vs. Ferguson*) até pelo menos 1954, com o caso *Brown vs. Board of Education*, embora as leis de segregação tenham permanecido até meados dos anos 60. Desde

então, uma série de políticas federais instituídas não apenas eliminaram a segregação formal como também através de ação afirmativa e a lei dos direitos político-eleitorais (*voting rights act*)<sup>2</sup>, buscaram promover a população não-branca na dimensão vertical. Isso levou a um grande aumento do tamanho da população negra de classe média e a desigualdade racial atualmente é menor do que no Brasil. No entanto, o governo dos Estados Unidos nunca promoveu as relações horizontais. O legado das leis anti-miscigenação, que apenas terminaram nos anos 60, permanecem fortes e as uniões inter-raciais entre negros e brancos continuam raras. Mesmo as leis anti-segregação residencial dos anos 60 são pouco aplicadas e, conseqüentemente, a extrema segregação residencial entre negros e brancos ainda persiste, dando sustentação à manutenção de relações raciais horizontais distintas.<sup>3</sup>

Por outro lado, o governo brasileiro evitou a segregação mas, ao invés disso, promoveu a união inter-racial através tanto da ideologia da democracia racial quanto da idéia do branqueamento, precisamente quando o sistema segregacional dos Estados Unidos estava em seu auge. A mistura racial foi maior no Brasil do que nos Estados Unidos por todo o período colonial devido à predominância de homens entre os colonizadores europeus. Esse fato demográfico estabeleceu o estágio do que aconteceria com a raça nos primeiros anos da República Brasileira e após disso. Em resposta ao racismo científico do século XIX, a elite brasileira decidiu promover maior miscigenação, mas com a infusão maciça de sangue branco proveniente de milhões de imigrantes europeus. Eles buscaram desenhar uma nação branca, através da imigração europeia e suas previsões otimistas de que os genes determinantes de traços brancos predominariam na mistura racial, eventualmente branqueando os elementos negros de sua população. As razões para essas medidas divergentes podem ter incluído política, oferta de mão-de-obra e identidades e sensibilidades raciais. A política tem importância central na bem conhecida comparação que se faz entre os Estados Unidos e a África do Sul, mas outros motivos também parecem plausíveis.<sup>4</sup> O Brasil conseguiu atrair uma oferta de mão-de-obra alternativa da Europa enquanto que o sul dos Estados Unidos, onde residia a maior parte da população negra, não conseguiu. Para manter os salários baixos, os empregadores do sul talvez tenham apoiado um estado repressivo da força de trabalho negra, a fim de expandir sua indústria de algodão. A sensibilidade da elite brasileira também parece ter

sido importante. A segregação não foi uma escolha plausível dado que os mulatos e negros eram a maioria e grande parte da população branca, inclusive a elite, parece ter sido originária de uma própria raça misturada. No entanto, a explicação para as ações do governo brasileiro no século XIX e no início do século XX não foram o foco deste livro. Ao invés de examinar as causas históricas dos sistemas de segregação racial ou de branqueamento, preferiu-se abordar as respectivas consequências.

Apesar das tentativas da elite de desenhar um Brasil branco através da imigração em massa de europeus, os negros e mulatos compoariam a maior minoria da população brasileira por todo o século vinte, e até o fim do século, os não-brancos se tornariam quase a metade da população nacional. Por outro lado, a promoção da miscigenação pela elite teria efeitos duradouros. Começando nos anos 30, o governo brasileiro projetou a imagem de um país de democracia racial, que continuava a valorizar a miscigenação mas que também acrescentaria a cultura africana e a aversão ao racismo. Esses fatores se tornariam centrais para a identidade brasileira. O Brasil ressaltou a inclusão racial, embora no sentido mais abstrato de pessoa, nação e cultura, ao invés da inclusão na política ou no sentido de oportunidades iguais. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro falhou em corrigir a desigualdade racial até bem recentemente. Como resultado de uma ação comparativa nos Estados Unidos e no Brasil, o Brasil agora tem maior desigualdade racial mas é mais integrado horizontalmente.

Além disso, as ações dos diferentes Estados, uma explicação econômica para os altos níveis de desigualdade racial no Brasil talvez tenham acentuado as diferenças nacionais. No mercado de trabalho, empregadores em lugares como o Brasil, com grande oferta de mão-de-obra, frequentemente possuem uma ampla gama de trabalhadores em potencial. Nessas áreas, a eliminação de trabalhadores com base na raça talvez não afete a competitividade se vários candidatos em potencial são percebidos como igualmente qualificados. De forma semelhante, as elites brasileiras geralmente negligenciam a educação básica, canalizando, ao contrário, maiores recursos para a educação superior das classes médias. Eles pouco se preocupam com um grande segmento da população que mal recebe educação porque o que importa é a qualidade da educação para apenas um pequeno segmento da população frequentemente aceito como necessário para o desenvolvimento da economia. Como resultado, a desigualdade racial é ampliada ainda mais. Para a maioria que frequenta

escolas públicas, professores e funcionários concentram ainda mais os poucos recursos das escolas públicas carentes, dedicando sua atenção aos alunos brancos, que eles acreditam serem mais propensos a alcançarem o sucesso. Como consequência, isso gera entre os negros desenvolvimento com baixo capital humano e baixa auto-estima. Sendo assim, na medida em que os mercados de trabalho e de educação continuarem precariamente desenvolvidos num contexto de comportamento social racista, o ciclo vicioso se torna um mecanismo que perpetua a desigualdade racial.

### **A RECONCILIAÇÃO DAS RELAÇÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS NO BRASIL**

Neste artigo, buscou-se demonstrar como, no Brasil, a integração ou assimilação horizontal convive com um alto nível de racismo e de desigualdade racial. Mas como isso é possível? Se há tanta miscigenação, como pode haver discriminação? Segundo o modelo americano, relações horizontais tão inclusivas seriam um indicador de baixos níveis de racismo e desigualdade racial, ou, pelo menos, abririam caminho para que tais níveis diminuíssem no futuro. No entanto, a desigualdade racial no Brasil continua alta, há mais de cem anos, desde o fim da escravidão, e apesar da industrialização, continua a crescer em aspectos importantes. Portanto, o caso brasileiro apresenta um paradoxo visível para aqueles que buscam entender as relações raciais. Se o racismo é tão intenso a ponto de manter negros e mulatos nas camadas mais baixas do mercado de trabalho, mais até que nos Estados Unidos, como pode ser que o grau de sociabilidade entre as categorias raciais seja tão maior que nos Estados Unidos? Como podem fatores tão paradoxais coexistirem na prática? Pode uma pessoa racista o ser de modo seletivo?

Primeiramente, as diferenças raciais parecem ter significados distintos para os brasileiros. Casamentos inter-raciais ocorrem com frequência no Brasil, o que indica que há uma distância social bem menor no plano horizontal entre os grupos raciais que nos Estados Unidos. Entretanto, isto não significa necessariamente que os brasileiros são menos racistas em termos gerais, mas somente que provavelmente são menos racistas com relação ao casamento. O mesmo se passa na questão de áreas residenciais. A despeito de tais diferenças estruturais, ser branco no Brasil continua a ser uma vantagem, mesmo no caso do

casamento inter-racial. A cor ou raça ainda é um fator importante que hierarquiza, divide e determina o valor do indivíduo.

A miscigenação implica em maior tolerância racial mas não evita a discriminação, mesmo entre casais inter-raciais. A hierarquia racial se mantém, apesar dos altos níveis de casamentos inter-raciais, nas quatro formas a seguir:

1. A sociabilidade inter-racial não se distribui de modo homogêneo pelas classes sociais. A maior parte dos casamentos inter-raciais se dá entre os pobres, classe que faz distinções raciais menos rígidas e na qual também há menos segregação residencial. Já na classe média, a sociabilidade inter-racial existe praticamente como uma ideologia (exceto em relações hierárquicas), o que caracteriza as interações da vasta maioria da classe média branca com os negros e pardos. Os brancos de classe média tratam os não-brancos de forma cordial, ao mesmo tempo em que impedem que os não-brancos cheguem à mesma classe. O casamento inter-racial é incomum para a classe média, ainda que não seja tão raro como nos Estados Unidos.

2. Nas classes média e alta, ao contrário da classe pobre, a distância social entre os brancos e a grande maioria negra e parda se mantém através da hiper-desigualdade existente no país. A altamente desigual estrutura de classes no Brasil reforça a hierarquia racial, limitando ainda mais a interação da classe média branca com os não-brancos. Quando as interações inter-raciais ocorrem, há uma hierarquia social amplamente aceita, em que “cada um sabe seu lugar,” que impede que os brancos de classe média tenham interações de ordem igualitária com não-brancos.

3. A sociabilidade inter-racial varia de acordo com a região; as relações raciais se tornam cada vez mais parecidas com as americanas quanto mais ao sul do país estivermos. O contato com não-brancos é maior onde os brancos são uma parcela pequena da população, enquanto que os brancos da quase totalmente branca região Sul, com o Sudeste numa situação intermediária, são os com menor chance de interagir com negros e pardos, pois estes são ali uma pequena minoria. Além do mais, a divisão entre brancos e não-brancos é mais rígida e exclusiva nas regiões onde há menos não-brancos. Por isso, para cerca de 75 % dos habitantes brancos das regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, o contato entre brancos e não-brancos é limitado pelo pequeno tamanho da população não-branca e pelos limites raciais extremamente nítidos. Já para a maioria dos brancos da região Nordeste e das outras regiões, a distância racial

mantém-se através de uma desigualdade racial ainda maior que no Sul e Sudeste.

4. Apesar das limitações supracitadas, há contudo uma grande quantidade de interação inter-racial, mesmo no casamento. Mais de 20 % dos casais no Brasil são compostos por parceiros brancos e não-brancos. Tal grau de envolvimento inter-racial pode levar a relações raciais mais saudáveis na sociedade brasileira no plano horizontal, mas o racismo não desaparece para as pessoas envolvidas. Ao contrário, há freqüentemente um sistema de troca de *status*, que opera nas relações entre os casais e no mercado do namoro preexistente ao casamento. Nesse sistema, a brancura é um bem valioso, cuja ausência deve ser compensada com qualidades como zelo, devoção, classe social ou outros benefícios proporcionados pelo parceiro mais escuro. Há também a crença de que o branqueamento através do casamento é algo desejável para pessoas de pele escura, baseada na suposição racista de que será uma melhoria para as pessoas mais escuras, tanto a nível biológico como social. O sistema também funciona para não-brancos de cor clara. Finalmente, apesar de estar submerso em tais relações, o racismo pode mostrar seu lado explícito vez por outra.

O caso do Brasil também demonstra que a desigualdade e a discriminação racial persistem, apesar de não haver uma segregação residencial extrema, como nos Estados Unidos. A segregação residencial não é portanto o eixo principal da desigualdade racial, como sugerido por alguns analistas para o caso americano. Negros e brancos podem viver lado a lado e até se casar, mas as ideologias raciais continuarão a ser uma característica muito forte imersa em práticas sociais, que agem para manter a desigualdade racial.

### **REPERCUSSÃO POLÍTICA**

O racismo e a desigualdade racial no Brasil são reproduzidos de modo pacífico, em grande parte graças à miscigenação. As fluidas relações horizontais no país facilitam a dominação racial vertical. Como mostrado neste estudo, as distinções raciais não constituem necessariamente a base unidimensional da exclusão. Um indivíduo pode ser excluído de uma esfera social e ser incluído noutra, e ainda parcialmente incluído em uma terceira. De fato, o Estado brasileiro tem usado a miscigenação ou as fluidas relações horizontais para permitir que

a injustiça e a desigualdade raciais permaneçam, sem a intervenção do Estado, por relativamente bastante tempo. Os brasileiros têm apontado para a miscigenação como prova de que há pouco ou nenhum racismo no país, evitando assim que o racismo seja examinado como fonte da desigualdade racial do Brasil. De certa forma, boas relações horizontais têm sido usadas para encobrir as péssimas relações verticais.

Até bem recentemente, o Estado brasileiro também vinha conseguindo evitar intervenções em favor dos negros, ao utilizar a natureza do sistema racial brasileiro para diluir a resistência negra. Mais especificamente, a ideologia e a realidade da mistura de raças têm sido um obstáculo à habilidade do movimento negro brasileiro em lutar contra o racismo, a fortalecer-se o bastante para influenciar as decisões do Estado no desenvolvimento de políticas sociais anti-racistas. As elites têm resistido às exigências do movimento negro, com argumentos tais como: a mistura de raças é prova de que não há racismo; ações do Estado em favor de certos grupos raciais não são possíveis porque a mistura de raças impossibilita a distinção racial e que intervenções de cunho racial iriam apenas polarizar ou solidificar limites raciais que foram já suavizados por séculos de mescla de raças. Como resposta, o movimento negro afirma que a miscigenação desvaloriza (e até tenta destruir) a essência da negritude e evita que se formem identidades negras, necessárias para sustentar um movimento anti-racista eficaz, no rumo de uma verdadeira democracia racial. A crença no branqueamento divide um movimento potencialmente unido entre negros e mestiços, enquanto a idéia de democracia racial paralisa o movimento negro, ao negar a existência do racismo.<sup>5</sup> Os brasileiros alardeiam a existência de mulatos na elite, apesar de que esta característica tenha sido muito mais comum no passado.

Ironicamente, a resistência anti-racista no Brasil tem sido prejudicada pela ausência de uma segregação extrema, como nos Estados Unidos. A segregação na América do Norte delineou de forma acentuada as diferenças entre negros e brancos e com isso facilitou a organização anti-racista, ao criar redes sociais delimitadas racialmente; instituições paralelas para raças diferentes, como igrejas, bancos e universidades; regras inequívocas para a classificação racial; além de formas culturais distintas, inclusive língua e religião. Afro-americanos conseguiam com facilidade perceber uma exclusão social comum e as instituições paralelas permitiram a formação de uma liderança da classe negra. No Brasil, a

organização política baseada em classe social tem sido a tendência histórica, dado que a identificação por classe tem sido forte, enquanto a identidade dos grupos raciais tem sido fraca. A relativa proximidade residencial e familiar das relações sociais entre pessoas da mesma classe facilitou a organização por classe sem distinção racial, às expensas de um movimento negro popular.

### **REPERCUSSÃO CULTURAL**

O excepcional sistema de relações raciais do Brasil também teve conseqüências culturais bem diferentes das americanas. A promoção da miscigenação foi uma força motriz eficaz da integração brasileira, que praticamente dissipou as diferenças culturais por raça. Porém, ao mesmo tempo, promoveu certos aspectos da cultura africana como parte de seu projeto nacionalista. Há muito, as elites brasileiras transformaram a cultura africana em mercadoria a ser comercializada, aproveitando-se do fato de que um número expressivo de brasileiros nascidos na África sobreviveu até o século XX, mantendo vivo o contato entre a África Ocidental e o estado da Bahia. Desta forma, há uma cultura negra no Brasil que foi construída a partir de sobreviventes da cultura africana, mas que não se divide em termos raciais, como o ocorrido nos Estados Unidos. No Brasil, a preservação e a promoção da cultura africana, mesmo que transformada, foi parte explícita de um projeto nacional. Conforme proposto pela ideologia da democracia racial, a cultura afro-brasileira foi promovida como a cultura nacional, passando ao largo de distinções raciais. Ainda que haja um sentimento mais forte sobre a cultura da África em certas famílias pretas, sobretudo nas áreas negras relativamente isoladas, como Salvador e algumas comunidades quilombolas, não houve qualquer mecanismo institucional tal como a segregação, para manter tais áreas como uma esfera racial à parte. Tipicamente, eram os negros os responsáveis pelo carnaval, umbanda e candomblé, mas os brancos e pardos sempre participaram, em proporções quase iguais.

Já nos Estados Unidos, os negros (e por conseguinte os brancos) não parecem ter mantido um contato cultural direto e contínuo com a África<sup>6</sup>, mas a segregação teve como conseqüência não planejada a formação de formas e atitudes culturais diferenciadas em função da raça. Com isso, os negros americanos podem facilmente ser distinguidos dos

brancos, com base na linguagem, religião, espiritualidade, estrutura familiar e atitudes políticas e raciais. Tal situação está muito distante do caso brasileiro. Ainda que certos aspectos da cultura afro-americana com certeza remontem à África, a cultura negra americana foi desenvolvida na América (e particularmente nos guetos negros), muito mais do que o sucedido no Brasil. A sociedade norte-americana proporcionou uma estrutura débil para a preservação étnica da cultura africana, mas a segregação exagerada permitiu uma evolução de sub-culturas definidas por raça, a partir de uns poucos vestígios da cultura original.<sup>7</sup> Portanto, a despeito de uma ligação mais direta com a África, o caso brasileiro reflete como as distinções raciais não implicam necessariamente em diferenças culturais, o que levou um importante brasilianista a chamar o sistema brasileiro de “raça sem identidade étnica”.<sup>8</sup>

Uma das principais diferenças entre os dois países talvez seja a relativa permeabilidade com que diferentes tipos de limites raciais foram estabelecidos no Brasil. A segregação americana gerou limites rígidos entre negros e brancos, através de regras de classificação, e instituiu a separação nas relações sociais. Desde então, os limites raciais nos Estados Unidos têm se reforçado através de altas taxas de endogamia, uma segregação espacial extrema, vínculos de amizade codificados por raça, um forte sentimento de grupo e, mais que no Brasil, valores e símbolos culturais definidos por raça. Tais fatores determinaram uma polarização social por raça mais forte que no Brasil e também facilitaram a formação de identidades raciais bem nítidas, e, por conseguinte, a mobilização política dos negros. No Brasil, a maior sociabilidade entre as linhas raciais, sobretudo entre pessoas de mesma classe social, possibilitou relações familiares e de amizade entre pessoas de cores diferentes. Além do mais, a falta de regras de classificação e a celebração do mestiço tornou pouco nítidas as categorias raciais. Se por um lado isto aliviou as tensões raciais, por outro lado enfraqueceu o potencial de solidariedade nos grupos raciais, conseguindo assim debilitar a base mais provável de mobilização para o combate ao racismo.

### **O MOVIMENTO NEGRO E O FIM DA DEMOCRACIA RACIAL**

Apesar da ausência de uma mobilização de massa, o pequeno movimento negro do Brasil tem conseguido influenciar ações do Estado recentemente, com três importantes vitórias: (1) conseguiu desacreditar a

ideologia da democracia racial na população em geral, (2) mudou o pensamento das elites sobre quem é negro e quem é branco e (3) engajou o governo brasileiro na discussão de políticas públicas sobre o racismo. Uma quarta vitória está a caminho: a criação de políticas públicas para atacar de modo real a discriminação e a desigualdade racial. Estes êxitos do movimento negro são particularmente importantes porque, ao contrário de outros movimentos sociais, sua postura põe em risco a própria essência da nação brasileira. O movimento negro foi sempre considerado “anti-brasileiro”, conforme afirmado uma vez pelo próprio Gilberto Freyre, maestro da ideologia nacional brasileira. Enquanto a idéia de nação brasileira foi construída a partir do conceito de um povo unificado e racialmente tolerante, forjado pela miscigenação, o movimento negro apresenta uma visão contrária, baseada em identidades raciais fortes, para fazer oposição ao racismo e à desigualdade racial. Apesar das vitórias, o movimento negro ainda não conseguiu vencer dois desafios impostos por ele mesmo: criar um movimento de massa e construir uma identidade popular de negritude.

A inabilidade do movimento em produzir um movimento de massa é basicamente fruto da inabilidade em transformar indivíduos, que são menosprezados por causa da cor de pele, em negros, que afirmarão sua negritude e enfrentarão as forças a que estão subordinados. Mas por que fazê-lo, se o ideal de branqueamento e a habilidade de participar por completo da cultura brasileira e do nível de sociabilidade horizontal possibilitam que muitos sejam incluídos ou mesmo escapem da negritude? Conforme afirmado primeiramente por DuBois e depois por Winant (2000), uma consciência dupla permite que indivíduos aceitem o racismo por estarem divididos internamente. Brasileiros de pele escura reconhecem o racismo e sabem que são tratados de modo diferente, no entanto eles também se vêem como brasileiros completos, mesmo que isto signifique aceitar pontos de vista racistas como o branqueamento, a tal ponto que muitos têm as mesmas crenças racistas dos brancos. Esta dupla consciência também está presente entre os negros americanos, mas o sistema brasileiro oferece a possibilidade de uma inclusão maior, tanto a nível social como simbólico, conforme explicitado pela idéia e prática (limitada) da miscigenação. Negros e principalmente mulatos são valorizados na nação brasileira, apesar de menosprezados em muitas das interações sociais e ainda que o âmbito econômico ou hierárquico seja extremamente excludente. Para eles, o racismo é simplesmente inerente

ao conceito de brasileiro. Eles aprenderam a tolerá-lo, mesmo que não o apreciem.

Portanto, o paradoxo para a democratização brasileira é: como assegurar os direitos de cidadania a milhões de pessoas que são vítimas do racismo, mas que, por várias razões, não se mobilizam contra o problema? Como então o pequeno movimento negro conseguirá criar uma base ampla para defender mecanismos de inclusão? As relações raciais dependem de como as pessoas são categorizadas e de como os detentores do poder impõem as categorias. O grau em que estas relações de poder podem ser revertidas talvez dependa da capacidade das pessoas categorizadas como subordinadas em reconhecer tais categorias como parte de suas identidades. Quem mais, além das próprias vítimas de racismo, irá se organizar para exigir medidas eficazes de combate ao racismo? O sistema de classificação brasileiro cria desafios especiais neste sentido. Para o movimento negro, como fazer para organizar pessoas de uma categoria que é altamente estigmatizada, da qual no entanto é possível escapar? Pois, no Brasil, negros podem virar mulatos e muitos mulatos podem virar brancos ou ao menos morenos, uma categoria única, que desracializa. Em contraste, as rígidas regras de classificação americanas impedem tal “mudança”. A segregação fez do “negro” uma categoria imutável, a única saída era permanecer negro.

O movimento de direitos civis americanos criou um modelo de movimento negro de massa e de liderança baseada em políticas de identidade. No Brasil, a base potencial para compor um movimento negro não é a mesma que nos Estados Unidos, onde a segregação manteve a população negra bem contida em si mesma, e portanto fácil de ser mobilizada. No mais, os movimentos sociais de massa no estilo do movimento afro-americano de direitos civis não fazem parte da história recente do Brasil, exceto talvez no caso dos sem-terra.<sup>9</sup> O movimento negro brasileiro, por si só, não tem a força de um movimento de massa que pode de modo eficaz clamar por mudanças sociais significativas. Mesmo assim, um número pequeno mas crescente de vítimas do racismo têm afirmado sua negritude e liderado reivindicações de reparação do racismo. No atual contexto de democratização e com a coincidência de forças favoráveis, as recentes vitórias têm prescindido de um movimento de massa. A habilidade do movimento negro em utilizar a mídia, uma rede mais extensa de defesa dos direitos humanos e o desenvolvimento de alianças dentro do

governo em prol da abertura democrática tem possibilitado grandes êxitos.

Resta uma questão importante, que concerne o quanto as administrações futuras responderão às reivindicações do movimento negro e como o movimento manterá a pressão ao governo de modo eficaz. O futuro das recém aprovadas políticas de ação afirmativa é incerto, estando à mercê de uma transição política para um governo de esquerda, que tomará seu rumo no decorrer dos próximos quatro anos. O futuro das políticas dependerá em muito da habilidade do movimento negro em exercer pressão sobre o novo governo. A utilização de mecanismos internacionais será, com certeza, parte importante desta estratégia. Estados nacionais dependem cada vez mais do apoio de suas populações para pôr em ação seus planos no campo das relações exteriores, especialmente agora que as ONGs nacionais têm desempenhado um papel pequeno mas crescente no domínio da política internacional. Por outro lado, os estados também podem decidir fechar-se à comunidade internacional, o que é porém uma estratégia arriscada e pouco provável no caso do Brasil. Por esta razão, o movimento negro segue com a tentativa de mobilizar as vítimas do racismo. Já há sinais de que, vagarosamente, o movimento tem conseguido ampliar suas fileiras, mas parece ter dificuldades em atingir o seu presumível público-alvo, sobretudo a grande população parda. Ainda que muitos brasileiros de pele escura continuem a querer evitar a classificação como negros, cada vez mais eles parecem compreender as dificuldades sofridas pelo negro, o que em si já é importante para a mobilização pela reparação dos danos causados pela discriminação racial.

## **RAÇA E POLÍTICA INTERNACIONAL**

A reputação internacional do Brasil de ser tolerante em matéria racial é importante para a preservação não apenas da identidade nacional mas também da sua política internacional. O Brasil está inserido em um contexto internacional em que a observância das normas anti-racistas e de direitos humanos é condição para a concessão de ajuda estrangeira pelas nações mais poderosas. O Brasil, em grande parte, tem conseguido encontrar suas próprias soluções para seus dilemas raciais mas essas iniciativas são limitadas pela política internacional.

No passado, a idéia de democracia racial no Brasil representava uma antítese da segregação e ia além de negar o racismo, observando como a miscigenação e a cultura portuguesa conseguiam de forma única amortecer os antagonismos raciais presentes em outras sociedades. A democracia racial podia ser vendida em um mundo onde as grandes nações, frequentemente multi-raciais, possuíam sistemas gritantemente racistas por todo o século vinte. Em casa, a contradição entre a ideologia da democracia racial e a prática do racismo era administrada pelas elites, propositadamente ou não, pela constante lembrança à população de como a sociedade brasileira era racialmente democrática comparada ao sistema polarizado e cruel dos Estados Unidos. Ao afirmar seu anti-racismo, a democracia racial serviu a um propósito caro ao nacionalismo brasileiro, mas, de maneira geral, falhou quanto a qualquer objetivo instrumental de atenuar eficazmente ou extinguir o racismo e a discriminação racial. Nas interações sociais, a branquidade continuaria a ser valorizada e a negritude desvalorizada, embora a cultura afro-brasileira e a ideologia da democracia racial tenham se tornado símbolos do nacionalismo brasileiro amplamente celebrados por pelo menos meio século.

A reputação de tolerância racial continua a ser importante para o governo brasileiro porque ele continua a se esforçar em se distinguir dos Estados Unidos (e outros países) em questões raciais, especialmente agora que o país busca ser um líder internacional e se aliar com países não-brancos. Sua reputação de tolerância racial, portanto, torna-se um capital social na promoção de tais alianças. Recentemente, os ganhos do movimento negro dependeram amplamente de aliados estrangeiros e domésticos, mobilização estratégica e uma relativa abertura e interesse sobre questões relacionadas à raça pelo próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso. Juntamente a um movimento de direitos humanos e anti-racista, o movimento negro foi capaz de substituir a reputação anti-racista que o governo brasileiro muito valorizava, especialmente no contexto de sua abertura democrática e o crescente compromisso com as normas e legislação internacional de direitos humanos. A democracia racial por muito tempo foi aceita pela comunidade internacional como uma marca do peculiar sistema de tolerância racial do Brasil, mas ela tem sido desmascarada amplamente através do ativismo do movimento negro em foros internacionais.

O Brasil precisa agora dedicar esforços especiais para manter a reputação de tolerância racial. A reputação internacional do Brasil de país de tolerância racial alcançou seu ponto de saturação nos anos 90, quando os Estados Unidos e a África do Sul terminaram com seus sistemas racistas (sem vergonha) e adotaram ideologias anti-racistas. Como resultado disso e do desmascaramento da democracia racial, a reputação do Brasil de tolerância racial perdeu seu poder nos círculos internacionais. Assim como todos os outros países multi-culturais, exceto talvez a poderosa nação hegemônica dos Estados Unidos, que geralmente ignora a opinião mundial, o Brasil seria chamado a implementar as convenções internacionais para combate ao racismo. Para ser ao menos tão tolerante como outros países multi-raciais, atualmente, não é suficiente que exista uma ideologia anti-racista ou que não existam leis explicitamente racistas, uma vez que até os Estados Unidos e África do Sul cumprem esses quesitos. Requer, pelo menos, uma intervenção ativa do Estado para combater o racismo informal que é hoje globalmente conhecido. Caso contrário, o Brasil corre o risco de se tornar um novo pária da desigualdade racial. Para manter alguma reputação de tolerância racial na arena da diplomacia internacional, mesmo que menor do que no passado, o Brasil enfrenta um dilema: ou admite a histórica intolerância racial e estabelece políticas públicas reparadoras do racismo ou mantém sua negativa histórica da existência de racismo.

A raça é importante pois determina como as pessoas são tratadas nas interações sociais. Portanto, é perfeitamente razoável para o Estado Brasileiro desenvolver políticas de ação afirmativa, como já começa a fazer, para contra-atacar os problemas criados puramente por essa noção social. Mas isso enfrenta especialmente grandes problemas no Brasil uma vez que tratamento adverso fundado na raça depende da situação, da pessoa que faz a classificação e de outras variáveis. No Brasil, a raça dos outros, embora frequentemente clara, é às vezes ambígua. No entanto, políticas especiais de conscientização racial precisam de alguns limites claros acerca de quem é condenado a ser o “outro” ou não. Nos Estados Unidos, a segregação requer regras claras de classificação, de forma que essas regras antigas de classificação tornam-se úteis para a criação de normas corretivas da histórica subordinação dos negros. O caso brasileiro, portanto, requer formas criativas para abordar tais problemas de classificação com o objetivo de alcançar a igualdade racial. Não

obstante, está claro que algumas formas de ação afirmativa deve ser implementada para superar as desigualdades raciais do Brasil. Além disso, parece haver, atualmente, um amplo apoio público para esse tipo de ação.

Hoje em dia, o racismo é amplamente reconhecido, o movimento negro passou a ser reconhecido como legítimo defensor dos direitos humanos e pesquisadores das relações raciais tornam-se parte importante da academia brasileira. Isso representa uma reviravolta histórica para o Brasil. Por outro lado, a mistura racial continua a ser valorizada como forma exclusiva e positiva da cultura brasileira, mas a discriminação racial permanece. Para os não-brancos, o branqueamento através da mistura racial e até mesmo através da auto-classificação continua a oferecer uma possibilidade de ascensão individual, e brancos continuam a gozar de privilégios do seu *status* racial. Portanto, o terreno sob o qual a raça é compreendida no Brasil se alterou de maneira fundamental, comparado ao estágio anterior de democracia racial, ao passo que outras práticas sociais continuam a ser influenciadas por uma fase ainda mais anterior do pensamento racial brasileiro de supremacia branca.

Em algum momento, muitos analistas acreditam que deve-se extinguir o conceito de raça uma vez que esse não tem valor, exceto para criar injustiças. O caso brasileiro mostrou que isso não é uma solução plausível. De fato, essa atitude pode piorar a desigualdade racial. O Estado brasileiro evitou qualquer intervenção baseada em raça contra ou a favor dos negros por cerca de um século. No entanto, a discriminação racial e a desigualdade racial persistiram. A raça tem sido usada consistentemente para excluir não-brancos ao longo de toda a história do Brasil, apesar da retórica inclusiva. Os estados devem continuar a monitorar a raça para documentar a desigualdade e injustiça e tomar as medidas corretivas necessárias. A sociedade precisa notar a raça para que todos possam aprender a conviver de forma mais humana uns com os outros e a conviver com as diferenças. O Brasil, como outras sociedades que são multi-raciais mas não buscam combater o racismo, anda na corda bamba entre a continuação do uso da raça, que se auto-concretiza, e a sua extinção, o que permitiria que a injustiça racial corresse solta. Por mais desagradável que o pensamento racial possa ser, os ganhos reais somente serão alcançados quando a questão racial for considerada de

forma apropriada e então será possível alcançar uma verdadeira democracia racial.

## **BIBLIOGRAFIA**

MARX, Anthony. (1998), *Making Race and Nation: a comparison of the United States, South Africa and Brazil*. London. Cambridge University Press.

MASSEY, Douglas & DENTON, Nancy. (1994), *American Apartheid: segregation and the making of the black underclass*. Cambridge. Harvard University Press.

MUNANGA, Kabengele. (1999), *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Petrópolis. Vozes.

NASCIMENTO, Abdias. (1978), *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

SANSONE, Lívio. (1999), *From Africa to Afro: use and abuse of Africa in Brazil*. Amsterdam. SEPHIS.

SORJ, Bernardo. (2000), *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

STEINBERG, Stephen. (1991), *The Ethnic Myth: race, ethnicity and class in America*. Boston. Beacon Press.

---

## **Notas**

<sup>1</sup> Professor, Departamento de Sociologia, Universidade de Califórnia, Los Angeles.

<sup>2</sup> Legislação dos anos 60 que visava a garantir o direito dos negros a exercer o voto.

<sup>3</sup> Massey & Denton (1994).

<sup>4</sup> Marx (1998)

<sup>5</sup> Nascimento (1978); Munanga (1999).

<sup>6</sup> Sobre este assunto não tive acesso a evidências diretas, e por isso me baseei nos achados de outros autores, sobretudo Sansone (1999).

<sup>7</sup> Steinberg (1991).

<sup>8</sup> Sansone, a ser publicado.

<sup>9</sup> Segundo Sorj (2000), a aparente ampla base deste movimento deriva da habilidade de seus líderes em utilizar a mídia.